

DO HOMEM HEGEMÔNICO AO HOMEM JUSTO: NOTAS PARA UMA JUSTIÇA DE GÊNERO

FROM HEGEMONIC MAN TO JUST MAN:
NOTES FOR GENDER JUSTICE

Felipe de Souza Monteiro¹

RESUMO: Este artigo propõe uma análise crítica das masculinidades contemporâneas, com ênfase nos efeitos subjetivos e sociais da masculinidade hegemônica. A partir de uma base teórica que abrange autores como Pierre Bourdieu, Judith Butler, Ivan Jablonka, Michael Kimmel e Valeska Zanello, discutem-se os processos de construção da identidade masculina, as performances de gênero exigidas culturalmente e suas consequências em termos de sofrimento psíquico, exclusão e violência. Argumenta-se que a manutenção da virilidade como dispositivo de eficácia social implica na negação da sensibilidade e da fragilidade masculina, o que repercute em altos índices de suicídio, depressão e negligência com a saúde entre homens. O texto aponta, ainda, para o caráter mutável das masculinidades, discutindo suas possíveis reconfigurações diante das transformações culturais recentes, como o avanço dos feminismos, a visibilidade de sexualidades dissidentes e a crise do modelo tradicional de família e trabalho. Ao final, defende-se a necessidade de uma justiça de gênero que permita a emergência dos chamados “homens justos”.

Palavras-chave: masculinidades; gênero; performatividade; sofrimento masculino; justiça de gênero.

ABSTRACT: This article offers a critical analysis of contemporary masculinities, with an emphasis on the subjective and social effects of hegemonic masculinity. Drawing on a theoretical framework that includes authors such as Pierre Bourdieu, Judith Butler, Ivan Jablonka, Michael Kimmel, and Valeska Zanello, it discusses the processes involved in the construction of male identity, the culturally imposed gender performances, and their consequences in terms of psychological suffering, exclusion, and violence. It argues that the maintenance of virility as a device of social efficacy implies the denial of male sensitivity and vulnerability, which results in high rates of suicide, depression, and health neglect among men. The text also highlights the mutable nature of masculinities, discussing their potential reconfigurations in light of recent cultural

¹ Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no Programa de Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa. Especialista em Formação Didático-Pedagógico para Cursos na Modalidade à Distância pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Graduado e Licenciado em Ciências Sociais (USP). trockmonteiro@gmail.com.

transformations such as the rise of feminist movements, the increased visibility of dissident sexualities, and the crisis of the traditional family and labor model. In conclusion, it defends the need for gender justice that allows for the emergence of the so-called “just men.”

Keywords: masculinities; gender; performativity; male suffering; gender justice.

Introdução

Desde a última década do século XX e, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XXI, a crise das masculinidades consolidou-se como um tema central nos debates acadêmicos, políticos e culturais em sociedades ocidentais, assumindo particular relevância no contexto brasileiro. A emergência de discursos feministas, a maior visibilidade das sexualidades dissidentes e as transformações na estrutura familiar e nas relações de trabalho colocaram em xeque o modelo tradicional de masculinidade, pautado na virilidade, na autoridade e na negação da vulnerabilidade. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as masculinidades contemporâneas, com especial atenção às formas hegemônicas de ser homem e seus efeitos subjetivos, sociais e políticos.

A partir de uma articulação interdisciplinar, que envolve os estudos de gênero, a sociologia, a psicologia e a crítica cultural, buscaremos compreender como a dominação masculina é construída, naturalizada e reproduzida, mas também como ela é questionada e desestabilizada no contexto atual. Fundamentado em autores como Pierre Bourdieu (1999), Judith Butler (2003), Ivan Jablonka (2021), Michael Kimmel (1998; 2016) e Valeska Zanello (2018), o texto analisa os dispositivos culturais e simbólicos que sustentam a masculinidade hegemônica, bem como suas consequências em termos de sofrimento psíquico, exclusão de outras masculinidades e manutenção de desigualdades de gênero.

Ao abordar a masculinidade como performance e construção cultural — e não como dado biológico ou essência —, investigo os modos pelos quais ela se cristaliza nos corpos, nas instituições e nas relações sociais, mas também os pontos de ruptura e mutação possíveis. Interessa-me, sobretudo, pensar em que medida a desconstrução da masculinidade dominante pode abrir espaço para outras formas de existir enquanto homem, menos vinculadas ao poder, à dureza e à repressão

emocional, e mais compatíveis com a justiça de gênero e a pluralidade afetiva da contemporaneidade.

O patriarcado e a dominação masculina

Em *Homens Justos*, publicado em 2019 (com edição brasileira de 2021), o francês Ivan Jablonka faz uma genealogia da dominação masculina e aponta que a conquista do mundo público pelos homens se deu mais por uma limitação de ordem biológica, a incapacidade de reproduzir e nutrir seus filhos nos primeiros meses, do que por alguma capacidade inata. A superioridade das mulheres, no que diz respeito às capacidades reprodutivas, circunscreveram-nas ao ambiente doméstico, liberando os homens para outras tarefas, as ligadas à “produção”. O patriarcado, portanto, é o fruto de uma incapacidade reprodutiva convertida em uma onipotência social. Tal diferença de capacidades biológicas, aponta Jablonka (2021), historicamente, foi suficiente para condenar as mulheres à servidão doméstica e conceder aos homens a liberdade de espírito ou de ação.

O autor pontua que na lógica do patriarcado a mulher acaba por se reduzir ao seu próprio corpo, a uma funcionalidade: procriar, alimentar. Tudo o que não diz respeito às “funções” benéficas aos homens, as quais tornam seu sucesso possível, não ganha relevância social. O clitóris, por exemplo, um órgão unicamente especializado em produzir prazer feminino, nunca foi estudado seriamente até o século XX, destaca Jablonka (2021).

Como corpo servil, funcional, no pensamento patriarcal a mulher é sempre posse de alguém, uma “mulher de”: filha de um pai, esposa de um marido” (Jablonka, 2021, p. 66), figuras masculinas que se beneficiam das “funcionalidades” de uma mulher quase sempre oculta. Jablonka (2021) destaca que uma vasta gama de intelectuais, muitos dos quais defendendo valores como justiça e igualdade, apenas puderam alcançar status social porque tinham mulheres que garantiam as condições para que isso fosse possível, as quais ele chama de “esposas-secretárias”.

Nesse sentido, sacralizar essa figura feminina, destacando “a pureza” da jovem, o “imperial” de sua beleza e o “sagrado” da amamentação é estratégia fundamental para se perpetuar a dominação masculina. A compensação que o sistema patriarcal oferece às mulheres por sua subordinação é esta aura sagrada. Por

outro lado, às mulheres que se desviam de sua função de engrandecer o masculino, que não cumprem com sua função de gênero, ditadas por essa lógica patriarcal, cabe a rejeição e a desonra.

O patriarcado, então, se constitui como um sistema de pensamento ancorado por leis (o Estado), crenças (a religião) e tradições (a família), que agem de modo a justificar a dominação masculina, para que tudo tenha uma aparência de naturalidade, como se nunca fosse ou pudesse ser diferente, como algo anterior ao próprio mundo, precedente aos indivíduos.

O estudioso Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (1999), dirá que a dominação dos homens é um exemplo de “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (Bourdieu, 1999, p. 7-8), enquanto Jablonka (2021) chamará a atenção para o fato de tal dominação ser das manifestações mais universais do planeta, uma linguagem compreendida por todos os seres humanos, assim como o dinheiro. Está nos interstícios da sociedade, percebida como algo natural. Jablonka diz que “a dominação masculina não é definida pela lei do mais forte: ela se baseia menos no uso da violência do que no poder das leis, das instituições e dos costumes” (Jablonka, 2021, p. 23).

A dominação masculina, no entanto, ainda que seja a base do patriarcado e se constitua como força imperativa nos labirintos de implicações de toda ordem, criados pela vida social, já não dá conta de explicar o todo das sexualidades. Como mostrarei a seguir, o modelo dominador precisa conviver hoje com múltiplas formas de ser homem e de ser mulher, o que gera tensões pulsantes nos diversificados modos de vida da contemporaneidade.

Masculinidade(s)

Após tratar do patriarcado de modo geral, Jablonka (2021) esmiuçar a questão, chamando a atenção para a existência de outras formas de masculinidade, subjugadas à dominante do ser masculino. Referindo-se a Robert Connell, ele trará o conceito de “masculinidade hegemônica”, aquela que domina a ordem de gênero “legitimando o patriarcado no topo de governos, dos exércitos, das empresas, e subordinando as outras masculinidades” (Jablonka, 2021, p. 83), o que no Ocidente pertenceria ao homem branco, rico, heterossexual, entre 40 e 65 anos. Estão entre as

características dessa masculinidade hegemônica a demonstração ininterrupta do vigor, do desejo, da prodigalidade, e a não demonstração de qualquer forma de dor ou sofrimento.

Assim, para que a ordem de gênero se perpetue, “é preciso que alguns grupos de homens sejam sistematicamente desvalorizados. As masculinidades de dominação afirmam sua legitimidade ridicularizando, e mesmo destruindo, as outras masculinidades” (Jablonka, 2021, p. 213). Portanto, a masculinidade hegemônica domina mulheres, mas também os homens cuja masculinidade apresenta algum desvio com relação aos imperativos de dominação, a uma expectativa de gênero. Ela se enraíza em todos os espaços: na política, na produção, no esporte, no mercado de trabalho. E em todos esses espaços vemos reproduzida a competição, a busca pelo poder, pelo sucesso, pela liderança, tudo para que a masculinidade seja constantemente aferida, provada por outros homens, que concedem ou não permissão para adentrar seu universo.

Robert Connell e James Messerschmidt, dois dos mais influentes teóricos dedicados à discussão do conceito de masculinidade hegemônica, dirão que tal noção exige “que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245). De modo análogo a Pierre Bourdieu, que define a dominação masculina como violência simbólica, os pesquisadores dirão que a hegemonia significa “ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245), ainda que em alguns casos possa ser sustentada pela força.

Esse modelo hegemônico, entre outras coisas, destaca-se pela antifeminilidade, de modo que, conforme coloca Berenice Bento, “a masculinidade é definida pela negativa: ser homem é não ser mulher” (Bento, 2015, p. 95), ou seja, o homem aprende antes aquilo que não deve ser. Tais normas, aponta Connell (1995), são internalizadas de modo a que o homem represe seus sentimentos, geralmente à custa de muito sofrimento para corresponder a um padrão, o que pode ter como consequência a violência contra si e contra os outros, bem como a dificuldade na relação com as mulheres.

De acordo com Michel Kimmel (2016, p. 106), “quaisquer que sejam as variações de raça, classe, idade, etnia ou orientação sexual, ser um homem significa

‘não ser como as mulheres’”. Mais do que ser negada, a feminilidade é também depreciada pelo homem hegemônico em busca de legitimação social junto ao seu grupo. Em Kimmel (2016), vemos que no modelo de masculinidade hegemônica a mulher não tem um valor em si, mas se constitui apenas como moeda de troca que os homens utilizam para melhorar sua posição na escala da masculinidade.

Kimmel (2016) dirá que as masculinidades são sustentadas por dois campos de relações de poder: a desigualdade de gênero entre homens e mulheres e a desigualdade que se dá entre os homens que manifestam uma masculinidade hegemônica e aqueles que manifestam uma masculinidade subjugada, desigualdades estas baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc. Assim, de acordo com o autor, “dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia” (Kimmel, 2016, p. 105). Partindo da noção de que “para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher”, Daniel Welzer-Lang (2001, p. 465) definirá a homofobia como “a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero” (Welzer-Lang, 2001, p. 465).

Kimmel (2016) dirá que uma das marcas da masculinidade é que ela precisa ser o tempo todo provada, como um jogo de autoafirmação, e a melhor forma dos homens reforçarem sua masculinidade é justamente desmerecendo outras formas, diminuindo ou mesmo violentando mulheres ou homens que apresentam masculinidades não hegemônicas, que se desviem de um modelo estanque de heteronormatividade, “o conjunto de instituições e estruturas de compreensão e orientação prática que, na heterossexualidade, mantém hegemonia por meio de subalternização de outras sexualidades, impondo seu modelo” (Santos; Dinis, 2018, p. 19).

As ideias de “masculino” e de “masculinidade” levantadas pelos autores trazidos aqui estão relacionadas com a noção de “gênero inteligível” de que fala Judith Butler (2003), representativo daqueles que, de acordo com a autora, “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2003, p. 38). Algo que coloca qualquer caso desviante deste modelo como “meras falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural” (Butler, 2003, p. 39). Estamos falando de um modelo hegemônico de masculinidade, socialmente inteligível

e coerente, e que por um lado pune qualquer manifestação de masculinidade em fuga desta norma (os que não desempenham “corretamente” o seu gênero) e, por outro lado, exerce uma relação de dominação, de desequilíbrio de poderes ao seu favor, com relação ao feminino.

Quando se fala da fragilidade desse modelo “inteligível” de masculinidade está se falando, assim, de performatividade. Esse corpo masculino, que não se permite sentir, realiza assim uma performance que, como nos fala Butler (2003, p. 200), tem o “objetivo de manter o gênero em sua estrutura binária”. A ideia de gênero, aponta a autora, é formada pela “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p. 59), não sendo, portanto, uma característica inata dos corpos.

A perpetuação da dominação: “o homem vem do homem”

Robert Bly, um pioneiro estudioso da questão masculina, considera que a perpetuação dessa concepção hegemônica de homem, se dá pela transmissão de homem para homem, por mimetismo, em ritos sociais, num jogo de aceitação ou rejeição, o que revela a ideia de que “o homem vem do homem, não da mulher” (Bly, 1991, p. 72), reforçando nisso a ideia de antifeminilidade vista até aqui. Ele coloca que as mulheres “podem transformar um embrião num menino, mas só os homens podem fazer dele um homem” (Bly, 199, p. 19), o que permite concluir que, para o autor de *Iron John*, por melhores que sejam os laços com o feminino, com o materno, uma efetiva passagem masculina para a vida adulta se dará apenas pelo contato com homens mais velhos, que ajudarão o menino a fazer a transição entre o mundo da mãe e o mundo do pai.

Daniel Welzer-Lang (2001) chama esse processo de “homossociabilidade” e o conjunto de ambientes em que isso se dá como “a casa dos homens”:

Em nossas sociedades, quando as crianças do sexo masculino deixam, de certo modo, o mundo das mulheres, quando começam a se reagrupar com outros meninos de sua idade, elas atravessam uma fase de homossociabilidade na qual emergem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade. Competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem mijá (urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, ou mesmo atualmente em frente às strip-poker eletrônicas, em que o

jogo consiste em tirar a roupa das mulheres... Escondidos do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações, os pequenos homens se iniciam mutuamente nos jogos do erotismo (Welzer-Lang, 2001, p. 462).

Tudo isso contribui para que os meninos se afastem cada vez mais do “mundo das mulheres”, que aprendam a respeitar os códigos do masculino, as regras de conduta, os operadores hierárquicos, processo que não se dá sem sofrimento. Diz Welzer-Lang:

Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente. Os pés, as mãos, os músculos... se formam, se modelam, se rigidificam por uma espécie de jogo sadomasoquista com a dor. O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem “amaldiçoar” – para integrar o círculo restrito dos homens. Nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

Assim, são os homens mais velhos que “recebem o homem mais novo no mundo masculino instintivo, mitologizado, antigo” (Bly, 1991, p. 18), o que caracteriza um movimento iniciático, um segundo nascimento, “desta vez um nascimento a partir do homem” (Bly, 1991, p. 19), interrompendo a unidade entre mãe e filho. Se os homens mais velhos não realizam esse trabalho, pontua Bly, os meninos vão buscar fazer isso ao seu modo, tratando sua mãe com rudeza, na tentativa de parecerem pouco atraentes e cortar essa relação à força, de modo inconsciente.

Masculinidades de dominação: um fator de risco para o sofrimento masculino

No artigo *Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária* (Machin et al., 2010), os pesquisadores apontarão que, para se diferenciarem do feminino, os homens negligenciarão aspectos relacionados à sua saúde — física e emocional — frequentemente negando a existência de qualquer dor ou sofrimento, de modo a parecerem sempre “fortes”, “inquebrantáveis”. O pouco cuidado com a própria saúde deixará os homens muito mais vulneráveis que as mulheres. O corpo masculino pode ser resumido, portanto, como o *locus* do não cuidado, em oposição ao feminino. Ao pesquisarem serviços de saúde, os autores concluíram, por exemplo, que enquanto

as mulheres buscam cuidados preventivos, os homens somente buscam ajuda para o tratamento de doenças já existentes.

Tal diferenciação do feminino gerará sofrimento, argumenta Jablonka (2021), justamente porque o masculino carrega em si a necessidade de se provar o tempo todo, dado o medo de ser indigno de seu gênero e o temor de não estar à altura da “tarefa” de ser homem. Desse modo, os homens carregam consigo, em sua performatividade de gênero, a raiz do próprio sofrimento. Ser homem, nesse sentido, é um grande fator de risco para o próprio sofrimento masculino, acabando por acarretar consequências físicas. Jablonka mostra que em países como França e Suíça, medicamentos como a Ritalina, utilizados contra o TDHA (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), são prescritos para 3% dos meninos e 1% das meninas: “A educação viril leva ao mal-estar e à raiva, e a sociedade responde com patologização” (Jablonka, 2021, p. 216).

Sobre a mortalidade masculina, Jablonka (2021) traz os seguintes dados:

Em vários países, o risco de morte entre os 35 e os 65 anos é duas vezes maior para os homens do que para as mulheres. No que diz respeito à expectativa de vida, nos anos 1980 a diferença a favor das mulheres é de seis anos na Inglaterra e na Suécia, sete anos nos Estados Unidos e na Itália, oito anos na França; a diferença aumenta no Japão e na Rússia, chegando respectivamente a sete e treze anos no início do século XXI [...] No mundo inteiro, os homens se suicidam de três a quatro vezes mais que as mulheres. Em alguns países, os homens jovens se suicidam de três a sete vezes mais que as mulheres jovens (Jablonka, 2021, p. 220).

Tudo isso só revela que a masculinidade resulta em violência contra os outros, mas também sobre si. Revela um sofrimento que é a “soma das injunções incorporadas pelos homens desde a infância: exibição viril, cultura do excesso, superinvestimento no trabalho, recusa da queixa, escolha de taciturnidade, incapacidade de expressar emoções” (Jablonka, 2021, p. 221-222).

Trazendo a discussão para o contexto brasileiro, Valeska Zanello (2018) concluirá que o sofrimento decorrente da vivência masculina está relacionado à categoria analítica que ela denomina por “dispositivo da eficácia”, fundamentado pela virilidade sexual e laborativa, aspectos que, como exposto aqui, sustentam a masculinidade hegemônica, de modo que a ineficácia laboral e impotência sexual são dois fatores ligados a quadros depressivos masculinos.

Assim, a demonstração constante do desempenho sexual é o polo positivo que constitui a virilidade sexual compulsória. O polo negativo, por sua vez, contempla as

interdições aos signos que coloquem em xeque a virilidade, por exemplo, o prazer anal. Por sua vez, a virilidade laborativa atual se demonstra “pela exaltação da produtividade e do acúmulo de riqueza como signos da masculinidade” (Baére; Zanello, 2020, p. 03). O trabalho aqui é valorizado com relação a um valor moral, um atestado de dignidade de um homem, o qual é concebido como fruidor do espaço público e provedor do espaço privado.

Felipe de Baére e Valeska Zanello (2020) apontam ainda que mesmo sujeitos com sexualidades dissidentes, por vezes, valem-se de uma maior produtividade e sucesso no trabalho para garantia de respeito social, mesmo que lhes falte o atestado da virilidade sexual e, em alguns casos, dadas as pressões envolvidas, há sujeitos que esperam para revelar a homossexualidade aos seus familiares apenas quando estiverem melhor estabelecidos profissionalmente, num movimento em que a virilidade laborativa atua em compensação de uma suposta ausência de virilidade sexual, demonstrando que os dispositivos de eficácia podem agir de modo coordenado e estratégico pelos indivíduos.

A virilidade sexual e laborativa darão, portanto, legitimidade ao homem, atestarão quem são os homens “de verdade”, os quais aplicarão sanções sociais a todo caso desviante: os desempregados, os que produzem pouco, os que ganham menos ou os que apresentam uma sexualidade não hegemônica (Zanello, 2018).

Naiara Windmöller (2016), em sua dissertação de mestrado, aponta que a depressão masculina está relacionada justamente com o envolvimento dos homens aos valores da masculinidade hegemônica, tais como: não estar num relacionamento, velhice (fator relacionado com perda laboral e sexual) e de classe social mais baixa. Nos relatos de depressão masculinas estudados por Windmöller (2016), parece sempre haver a falta de uma consciência de gênero, ou seja, da percepção de que os problemas relatados estão estritamente relacionados ao fato de serem homens buscando o tempo todo se enquadrar em uma masculinidade hegemônica, de se verem, portanto, conforme também colocado por Jablonka (2021), como atores de uma performatividade de gênero nociva para sua saúde e a de outros.

Felipe de Baére e Valeska Zanello (2020) demonstrarão, ainda, que o esforço constante para assegurar essas virilidades pode resultar no adoecimento psíquico de muitos indivíduos, levando, em casos mais graves, ao suicídio. Esse impacto é ainda mais evidente entre aqueles que pertencem a sexualidades dissidentes.

No Brasil, o número de óbitos por suicídio entre os homens é quase quatro vezes superior ao das mulheres. De acordo com o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, divulgado em 2017, entre 2011 e 2016, houve 62.804 mortes por autoextermínio no país. Desse total, 21% eram mulheres e 79% homens. Esses valores não se referem estritamente a fenômeno brasileiro, mas a uma tendência mundial, na qual a taxa de óbitos por suicídio entre os homens é 3,5 vezes maior do que a de mulheres em países de alta renda, e 1,6 superior nos de baixa e mediana renda (Baére; Zanello, 2020, p. 04).

Zanello (2018) dirá, tendo em vista o dispositivo de eficácia da virilidade laboral, que o suicídio parece estar muito relacionado ao desemprego e a crises de emprego, o que revela uma pressão dos homens de se enquadrarem ao papel de chefes de família, de provedores, indicadores de eficácia da masculinidade hegemônica. Baére e Zanello (2020) irão mostrar que até mesmo o método utilizado para cometer suicídio reflete a busca por demonstrar virilidade. Métodos mais infalíveis (enforcamento, atirar-se de alturas elevadas) e mais violentos, por carregarem os signos da virilidade — a competência na realização de tarefas e a própria violência —, costumam ser mais utilizados. Nos casos de sexualidade não hegemônica, a propensão ao suicídio é ainda maior: “Conforme aponta um estudo da Universidade de Columbia, a propensão para tentativas de suicídio é de 21% para o grupo das sexualidades destoantes e de 4% para jovens heterossexuais” (Baére; Zanello, 2020, p. 08).

Ademais, Kimmel (1998) chama atenção para o fato de que as relações de poder envolvidas na noção de masculinidade só são percebidas por quem sofre suas consequências, sendo invisível a quem está no polo mais privilegiado da relação, o que se estende a outros casos de dominação: “É um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas. É um luxo que somente homens em nossa sociedade façam de conta que o gênero não importa” (Kimmel, 1998, p. 106).

O caráter mutacional das masculinidades

A despeito desse binarismo entre os gêneros, que exige comportamentos tão específicos para homens e mulheres, autores como Robert Bly (1991), Michael Kimmel (1998; 2016), Soraya Barreto Januário (2016), Robert Connell (1995), entre outros, chamam a atenção para o caráter cambiante das masculinidades, variando

histórica e espacialmente, de acordo com cada cultura e, inclusive, variando numa mesma pessoa ao longo de sua vida.

A concepção de gênero como algo performado, não inato, base das conclusões de Judith Butler (2003), alinha-se aos achados teóricos de Margaret Mead, autora de *Sexo e Temperamento*, o qual analisa a divisão sexual do trabalho e os distintos papéis de gênero nas etnias Arapesh, Mundugumor e Tchambouli, na Papua Nova-Guiné, entre os quais verificou um padrão bastante distinto do que em nossa sociedade ocidental se concebe como masculino e feminino. A agressividade foi percebida de modo imperativo entre os Mundugumors, independente do sexo. Entre os Arapesh tampouco foram percebidas mudanças temperamentais baseadas no sexo, sendo ambos caracterizados pela docilidade nas relações, de acordo com Mead (2009). Entre os Tchambouli, Mead verificou entre os homens costumes que atribuímos ao feminino, como o uso de maquiagem com função estética, além de serem emocionalmente mais frágeis. Nessa etnia, ademais, as mulheres ocupavam posições de protagonismo e decisão em suas aldeias. Mead concluiu que a sexualidade é construída por imperativos de ordem cultural.

Já Robert Bly (1991) tratará das mutações nas masculinidades fazendo uma tipologia dos homens nos EUA entre as décadas de 50 e 70 do século XX. De acordo com ele, o homem dos anos 1950 era o provedor, agressivo, que defendia os EUA, não chorava nunca e gostava de futebol. Tinha um senso de responsabilidade muito grande. Faltava a ele, no entanto, o espaço receptivo, íntimo, de modo que suas decisões eram unilaterais, o que o isolava do restante da família. O homem dos anos 1960, por sua vez, influenciado pela violência e morticínio que foi a Guerra do Vietnã, passou a questionar se realmente queria participar daquele modelo de masculinidade. Nesse mesmo contexto, aponta Bly (1991), o movimento feminista estimulava a que olhassem para as mulheres, suas preocupações e sofrimentos, aquilo que o homem dos anos 1950 evitava. Diante disso, o autor nos mostra que alguns homens “se puseram a examinar a história e a sensibilidade das mulheres [...] e a perceber o que foi chamado de seu lado feminino, e a atentar para ele” (Bly, 1991, p. 06). A partir dos anos 1970 (e ainda nos anos 1990, quando publica *João de Ferro*), passou a se engendrar o que Bly chama de “macho frouxo”, definido como “adorável”, avesso à ideia de cometer danos à terra ou a iniciar uma nova guerra, demonstrando “uma atitude suave para com a vida”. (Bly, 1991, p. 06). Bly aponta, no entanto, que esses

homens se mostram ressentidos em termos de energia, “preservam a vida, mas não são exatamente criadores de vida” (Bly, 1991, p. 06), incapazes de tomar decisões sérias e firmar compromissos. A necessidade de ser diferente do macho-alfa, que provavelmente foram seus pais e avós, gera esse homem “frouxo” que não sabe bem seu lugar no mundo.

Beatriz Preciado (hoje Paul Preciado), em seu *Manifesto Contrassexual* (2015), dirá que “os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração de um sexo sobre outro” (Preciado, 2015, p. 26) e salienta ademais que o corpo é “um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados” (Preciado, 2015, p. 26).

Pensando nessa perspectiva, somada à noção de performatividade de Butler (2003) e às conclusões de Robert Bly (1991) e Margaret Mead (2009), podemos inferir que essas relações desiguais que se estabelecem, tomando como referência uma noção opressora e excludente de masculinidade, são passíveis de novas configurações.

A masculinidade, sobretudo depois da emergência dos chamados *men's studies* nos EUA, passa a ser bastante problematizada. A naturalização da dominação masculina é posta em dúvida, já que ganham corpo discursos e sujeitos que buscam romper com esse esquema, sobretudo, depois da ascensão das mulheres em diferentes campos de atuação e formas de vida, depois de décadas combativas de feminismo em seus diferentes ciclos, e do desenrolar de novas formas de sexualidade.

O masculino diante das mutações nas sexualidades

O sofrimento masculino decorrente de sua própria vivência da masculinidade acentua-se, sobretudo, por conta das transformações sociais das últimas décadas, que resultou num ponto de incompatibilidade com o modelo hegemônico vigente. A masculinidade dominadora não mais pode ser suportada pela ordem de questões existentes na contemporaneidade, como as mutações nas sexualidades, o

protagonismo das mulheres em cada vez mais arenas sociais e até mesmo com questões ambientais.

Observa-se assim uma mudança nas sexualidades, com um aumento crescente de pessoas que se julgam não-binárias, independente de suas orientações sexuais. Novas figuras surgem, conforme aponta Jablonka (2021, p. 368), “o pai de família homossexual, o herói transgênero, o presidente negro, o astro andrógino”. O homem que expressa aquilo tudo que é esperado para seu gênero, de acordo com as normas do patriarcado, perde sua centralidade, não é mais universal, “mas um corpo que expressa uma escolha de vida [...] uma categoria humana entre outras” (Jablonka, 2021, p. 368).

Soraya Barreto Januário (2016) também chama a atenção para as transformações profundas pelas quais passou a família nuclear com a ascensão da mulher ao mercado de trabalho e a constante denúncia que os movimentos feministas vêm fazendo às muitas formas de dominação masculina, a qual é vista como um “atributo 'natural' do homem” (Januário, 2016, p. 76). O movimento feminista, dirá Jablonka (2021), deu uma tradução concreta da revolução de direitos de 1789, com destaque para os direitos sexuais e reprodutivos (a contracepção, o aborto), libertando a mulher da ordem biológica e patriarcal, que a colocava como um instrumento reprodutivo, na medida em que lhe dava controle de sua fertilidade, de seu próprio corpo.

Welzer-Lang (2001), por sua vez, fará um diagnóstico das mutações nas sexualidades hoje, que apresentam uma “variedade extrema”, evidenciada pela “pregnância das novas figuras de transgenders”, nos “embaralhamentos momentâneos ou contínuos das identidades sexuadas” (Welzer-Lang, 2001, p. 470-471) que têm em comum a diluição nas fronteiras de gênero, a transgressão nas definições da masculinidade.

As mulheres passaram a revelar sua força, a participar de atividades que antes lhes eram negadas (por “padres, médicos, filósofos, moralistas, teólogos e juízes”). Sobre este quadro, Bly (1991) diz que

Nos últimos trinta anos os homens tiveram de aprender a acompanhar a correnteza, a seguir e não a liderar, a viver de uma maneira não-hierárquica, a ser vulneráveis, a adotar a decisão pelo consenso. Algumas mulheres querem um homem passivo, se é que chegam a querer um homem; a Igreja quer um homem domado — são os chamados padres; a universidade quer um homem domesticado — são os voltados para a estabilidade e a rotina; a

empresa quer alguém que trabalhe em equipe, e assim por diante (Bly, 1991, p. 60).

A masculinidade destrutiva é, assim, incompatível com a modernidade. E isso representa ameaça e desejo de vingança por uma legião de homens que vai perdendo o monopólio de privilégios, o que parece estar relacionado ao aumento da popularidade de políticos que exaltam os ícones da masculinidade — o porte de armas, a brutalidade, o desprezo pelas mulheres — representados, por exemplo, por Donald Trump, nos EUA, e por Jair Bolsonaro, no Brasil.

E isso também se expressa na vida doméstica, com os homens perdendo sua “utilidade” que lhe foi doada via patriarcado. Jablonka (2021, p. 263) pergunta: “uma mulher ‘liberada’, que ganha sua vida, que sabe trocar um pneu e montar um móvel, que conhece seu corpo a ponto de gozar sozinha, ainda precisa de um homem?”.

Assim, visualiza-se um quadro de desorientação por parte dos homens que buscam se aliar às mulheres. Não sabem bem qual é o seu lugar nessa luta, qual o melhor papel a desempenhar, nem o que se espera deles. Mas o que é certo, aponta Jablonka (2021), é que a evolução nos direitos das mulheres e a mutação nas formas de sexualidade atingiu um ponto de não retorno, irrefreável, e os homens terão que lidar com esse novo quadro, repensar o lugar que ocupam na sociedade, já que ao longo do século XX a sociedade mudou de modo muito mais significativo do que se deu o questionamento da masculinidade.

“Atribuem ao homem um lugar no céu e não na terra”, dirá Bly (1991, p. 03) para justificar que a representação da masculinidade adulta está “desgastada” na cultura popular, não dando mais conta de fazer uma boa tradução do masculino. Esse lugar em que o homem é colocado, portanto, de domínio e soberania, já não condiz com uma sociedade que evidenciou um processo de feminização do mundo, como coloca Mauricio Salles Vasconcelos (2021), quando as mulheres passaram a realizar atividades antes apenas ocupadas por homens, ou quando, nas palavras de Bly (1991, p. 59): “a atividade pela qual os homens eram outrora amados deixou de ser necessária.”. Valendo-se da imagem do “guerreiro exterior”, Bly (1991) fala sobre esse processo:

Os guerreiros exteriores dentro de certas mulheres são hoje fortes, por vezes mais fortes do que os existentes nos homens. Forças da sociedade contemporânea estimularam recentemente as mulheres a serem guerreiras,

ao mesmo tempo que desestimulavam o espírito guerreiro nos meninos e homens (Bly, 1991, p. 142).

Essa crise é uma oportunidade para a refundação do masculino, o afloramento do que Jablonka (2021) chama de “homens justos”, o que garante o acesso das mulheres à política, aos assuntos civis e militares.

A luta pela igualdade de gênero, aponta Jablonka (2021), é a única luta histórica que os homens não se puseram a liderar. Todo o pensamento de justiça e de liberdade já concebido (“de Aristóteles a Rawls, passando por Descartes e Rousseau”) deu pouca atenção à questão do gênero. Ele propõe, portanto, a justiça de gênero, que implica em não-dominância, em uma ética de gênero (diretrizes para orientar o masculino) e ações subversivas (a ruptura do patriarcado).

Fazer emergir os “homens justos” na cena social passará, sem dúvida, pela educação dos meninos. Mostrá-los que não são sinônimos de

dureza, violência, taciturnidade, estoicismo, nem de heterossexualidade. Um menino pode brincar de boneca, dançar, ler, chorar, expressar suas emoções, cuidar dos outros e amar, ter amigas; ele tem o dever de aprender a variar seus pontos de vista, de pedir o consentimento do outro antes de tocar seu corpo, de lembrar que as mulheres são indivíduos antes de serem mulheres (Jablonka, 2021, p. 350).

A justiça de gênero se dará quando o masculino se redefinir ao ponto de ser compatível com a emancipação da mulher, com qualquer forma de masculinidade ou expressão da sexualidade. Assim, teremos a eclosão dos “homens justos”, nas palavras de Jablonka (2021), os quais denunciam sua posição de poder e se abrem para o feminino. É apenas assim que podemos pensar em “fazer com”, em se ter uma luta compartilhada, respeitando a liberdade de todos os outros.

Por fim, Jablonka salienta a importância de se ter respaldo político, em leis e políticas públicas, para se fazer frente a esse discurso hegemônico que é a masculinidade dominadora e excludente. O questionamento da masculinidade, diz ele, precisa passar por quem detém o poder, citando entre eles “políticos, altos funcionários, diretores de empresas, executivos, publicitários, urbanistas, policiais, juízes, médicos, jornalistas, professores, pesquisadores” (Jablonka, 2021, p. 17-18), cada qual com seus poderes e também com seus conhecimentos específicos.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida mostra que a masculinidade hegemônica, longe de ser apenas uma expressão de poder e privilégio, carrega em si uma lógica de sofrimento, repressão emocional e desgaste subjetivo que afeta profundamente os próprios homens. Os altos índices de suicídio, depressão e descuido com a saúde entre eles indicam que o preço da dominação é alto — tanto para os que a exercem quanto para os que a padecem.

Entendida como uma construção social marcada pela performatividade e pela negação do feminino, a masculinidade dominante funciona como um dispositivo de controle e hierarquização que precisa constantemente se afirmar às custas da subordinação de outras identidades de gênero e sexualidade. Entretanto, como discutido ao longo do texto, essa masculinidade encontra-se em crise diante de um cenário social que já não a sustenta plenamente: as conquistas dos movimentos feministas, a visibilidade de sexualidades não normativas e as novas configurações familiares e afetivas apontam para a necessidade de repensar o que significa ser homem.

A noção de “homens justos”, proposta por Ivan Jablonka (2021), oferece uma via ética e política para essa redefinição. Trata-se de pensar uma masculinidade que não esteja fundada na dominação, mas na equidade, no cuidado e no respeito à diversidade. Para tanto, é fundamental envolver diferentes setores sociais — da educação à saúde, da mídia à política — na desconstrução ativa dos mitos da virilidade e na promoção de uma cultura que legitime a pluralidade dos modos de ser homem. Apenas assim, será possível estabelecer uma justiça de gênero que não exclua, não silencie, nem adoeça.

Referências

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em Estudo**, Brasília, v. 25, p. 1-15. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXCKjKpKnWkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. Natal: Editora da UFRN, 2015.

BLY, Robert. **João Ferro**: Um livro sobre homens. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad.: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 185-206, jul-dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 07 maio 2025.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, jan-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

JABLONKA, Ivan. **Homens Justos**: do patriarcado às novas masculinidades. Trad. Julia da Rosa Simões. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (re)construção**: gênero, corpo e publicidade. Covilhão: Labcom, 2016.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

KIMMEL, Michael S. Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção da identidade de gênero. **Equatorial**, [s. l.], ano 3, n. 4, p. 97-124. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14910/pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Marie-Hélène Bourcier. São Paulo: N-1 edições, 2015.

SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 52, 2018, p. 1-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VsxxTpTQNZwcSqrGVNSNk7x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2025.

VASCONCELOS, Mauricio Salles. Entrevista. *In*: FERRAZ, Ana Paula. **O homem tematiza o homem**: a escrita masculina no século XXI. São Paulo: Piscina Pública Edições, 2021.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 460-482, jul-dez. 2001.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 07 maio 2025.

WINDMÖLLER, Naiara. **Construção das masculinidades em depressão**: revisão de literatura e análise de casos. Brasília: UnB, 2016. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2016.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris. 2018.